

Corregedoria não funciona

HELENA MADER E
GUILHERME GOULART
DA EQUIPE DO CORREIO

O aumento dos casos de violência e agressões cometidos por policiais militares levou o Ministério Público do Distrito Federal a fazer uma inspeção na Corregedoria da PM. Em dezembro do ano passado, promotores de Justiça Militar analisaram o andamento dos inquéritos e ficaram impressionados com a lentidão do trabalho. Um terço das sindicâncias instauradas desde 2003 não foram encerradas. Hoje, 1.873 processos estão parados na Corregedoria. Dos 816 inquéritos policiais militares concluídos entre 2005 e 2007, 260 eram casos de lesões corporais cometidas por militares.

O relatório foi enviado semana passada ao governador José Roberto Arruda e motivou a substituição do coronel Antônio Serra pelo coronel Antônio Cerqueira (leia perfis). O levantamento mostra que o coronel Serra ignorou dezenas de pareceres e recomendações da Corregedoria e do Conselho Disciplinar da corporação, que pediam a expulsão de policiais envolvidos com roubo, extorsão, tentativa de homicídio e até venda de armamento e munição da Polícia Militar para bandidos. O MP analisou oito casos em que os militares foram mantidos nas tropas, apesar de condenados por crimes graves (veja quadro).

Em um desses casos, a Corregedoria recomendou a expulsão da corporação de um soldado condenado por tentativa de homicídio. O deputado distrital Cabo Patrício e o secretário de Transportes, Alberto Fraga, entrevistaram e o caso foi arquivado. O deputado Cabo Patrício negou ontem qualquer tipo de interferência ou pedido para proteger policiais condenados pela Justiça Militar. "Não fiz qualquer pedido para que o soldado não fosse punido, apenas para que não fosse cometida nenhuma injustiça na corporação", explica Patrício. Fraga também disse que sua atuação não foi ilegal. "Não fiz nada por baixo dos panos. Enviei um documento (veja reprodução ao lado) pedindo análise do caso, mas a decisão foi do comandante", diz.

Elogio

O MP não pediu o afastamento do comandante-geral, mas o procurador-geral de Justiça, Leonardo Bandarra, elogiou a atitude do governador Arruda. "A mudança de comando foi necessária. O resultado dos inquéritos militares não era satisfatório e isso tem uma influência direta na tropa", destaca.

Para o promotor de Justiça Militar Nísio Edmundo Tostes Ribeiro Filho, o esvaziamento da Corregedoria da PM pode estimular a violência policial. "A lentidão na análise de processos e nas sindicâncias foi causada pelo sucateamento da Corregedoria. Hoje, há apenas dois funcionários no setor responsável pela formulação de pareceres e recomendações", destaca o promotor.

O coronel Antônio Serra também é acusado pelo MPDF de favorecimento pessoal. O caso aconteceu em 2003 quando, segundo o Ministério Público, o coronel era comandante do 4º Batalhão da PM, no Guará. Ele teria usado carros e militares da corporação para construir sua casa no condomínio Solar da Serra, na região do Lago Sul. Ainda esta semana, os promotores entrarão com uma ação de improbidade administrativa contra o coronel Serra.

COLABOROU JORGE DE CASTRO

José Evaldo Vilela/MPDFT

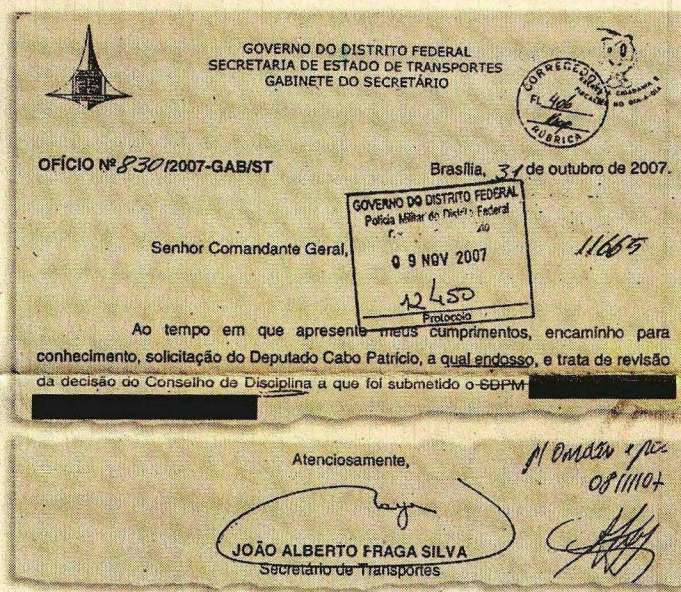


OS PROMOTORES MILITARES E O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, LEONARDO BANDARRA (C), DETALHARAM ONTEM AS DENÚNCIAS CONTRA O CORONEL SERRA

Reprodução Circuito Interno - 26



CARRO DA PM NO SOLAR DA SERRA: CORPORAÇÃO USADA EM OBRA DO CORONEL



NO PEDIDO AO COMANDANTE, FRAGA CITA O DEPUTADO CABO PATRÍCIO

PERFIS //

ANTÔNIO JOSÉ SERRA FREIXO

Casado e pai de dois filhos, o coronel Antônio José Serra Freixo nasceu no Rio de Janeiro e ingressou na vida militar em 1979, quando fez o Curso de Formação de Oficiais da Reserva, pelo Exército. Ele veio para Brasília em 1983, quando ingressou na PMDF. Serra é formado em Educação Física pela Escola de Educação Física do Exército (Esefex-RJ) e tem cursos em crimes interpessoais.

Antes de se tornar comandante-geral, estava à frente, havia um ano e meio, do Comando de Policiamento Regional Metropolitano (CPRM). Ele também comandou o 3º e o 4º batalhões e a 7ª Companhia Independente. Foi ainda subchefe do Centro de Inteligência e cor-

Fotos: Gustavo Moreno/Especial para o CB

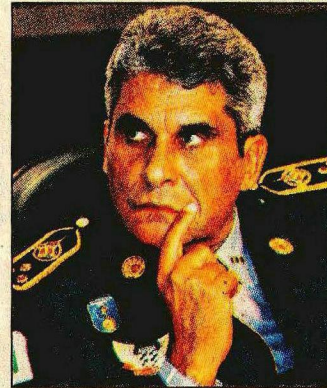


regedor-adjunto. Antônio Serra assumiu o comando da corporação em 12 de janeiro de 2007, aos 47 anos. Em sua posse, chegou a declarar que, em casos graves, o Batalhão de Operações Especiais (Bope) poderia reforçar o policiamento de rua.

ANTONIO JOSÉ DE OLIVEIRA CERQUEIRA

O novo comandante da PMDF tem fama de linha-dura. Até terça-feira, era responsável pela segurança do vice-governador, Paulo Octávio. O coronel Antonio José de Oliveira Cerqueira tem 25 anos de PMDF. Entre as funções que ocupou, destacam-se o comando dos batalhões de Trânsito, de Operações Especiais (Bope), do 12º Batalhão e do 1º Batalhão.

Baiano de Caravelas, Cerqueira é formado em psicologia e tido como discreto, técnico e dedicado à corporação. É considerado um dos maiores especialistas em negociação durante rebeliões, seqüestros e assaltos com reféns. Diferentemente do seu antecessor, não faz parte do grupo político do secretário



de Transporte e também coronel da PMDF, Alberto Fraga. "Meu partido é a farda", costuma dizer. Cerqueira foi afastado do comando do Bope, em 2002, após mandar soltar 19 PMs presos sob a acusação de portar bandeiras do PT.

DENÚNCIAS

O Ministério Público analisou casos de policiais que foram condenados pelas justiças comum e militar, mas mantidos na corporação pelo ex-comandante-geral da PMDF, coronel Antônio Serra. Abaixo, as denúncias mais graves apontadas pelos promotores:

Um cabo da PM foi condenado pela Justiça Militar a três anos e seis meses de prisão pelo crime de corrupção passiva. O Conselho Disciplinar e a Corregedoria da Polícia Militar recomendaram a expulsão da corporação, mas, além de mantê-lo no cargo, o comandante-geral deslocou o cabo para trabalhar com ele.

Um soldado condenado por tentativa de homicídio ficou na PM, apesar dos pareceres contrários do Conselho Disciplinar e da Corregedoria. O MP comprovou que houve ingerência política, pois o deputado distrital Cabo Patrício e o secretário Alberto Fraga enviaram ofícios pedindo que o soldado não fosse expulso.

O Conselho Disciplinar e a Corregedoria da PM recomendaram a expulsão de um sargento condenado a cinco anos e quatro meses de reclusão na Justiça comum pelas práticas de roubo e tentativa de seqüestro. Mas Serra manteve o sargento na corporação.

Um soldado foi sentenciado a três anos e nove meses de reclusão pela Justiça Militar por peculato, furto e calúnia. Ainda foi indiciado pela Polícia Civil por estelionato e preso em flagrante por contrabando e porte ilegal de arma. O Conselho Disciplinar e a Corregedoria recomendaram a exclusão, mas o parecer de Serra foi pela permanência.

O Conselho Disciplinar e a Corregedoria da PM também recomendaram a exclusão de um cabo condenado por usurpação de função pública. Mas o subcomandante-geral, coronel Gilberto Carvalho, que estava então à frente da PM, manteve o cabo na corporação.

Um soldado foi condenado a dois anos de reclusão por fornecer a criminosos armas e munições da PM. Mesmo diante da recomendação do Conselho de Disciplina e da Corregedoria, que indicaram a necessidade de exclusão, o comandante-geral o manteve na polícia.

O inquérito contra um cabo condenado por receptação e clonagem de veículos terminou com a recomendação para a sua expulsão. Mas ele foi mantido nas tropas.

Em 2007, um cabo e dois soldados foram presos em flagrante e condenados pela prática de extorsão. O comandante-geral manteve os três militares na corporação.

Desgate começou durante o carnaval

O coronel Antônio José Serra admitiu ontem que o desgate no comando-geral começou durante o carnaval deste ano, quando policiais militares entraram em confronto com foliões do bloco Galinho de Brasília, na 203 Sul. "Desde o Galinho, enfraqueceu a nossa forma de trabalhar. Quando apareceu o processo (na Promotoria Militar), a coisa se complicou", avaliou. Com a situação insustentável, o secre-

tário de Segurança, general Cândido Vargas de Freire, indicou três nomes de possíveis substitutos ao governador José Roberto Arruda. A opção pelo coronel Antonio Cerqueira ficou definida em reunião que durou cerca de uma hora.

Para Serra, o comandante-geral da corporação tem autonomia para não acatar as recomendações de afastamento feitas pela Corregedoria. "Eram processos antigos, que

eu avaliei e não senti necessidade de uma expulsão. As decisões foram pessoais. Só excluí um policial se tenho convicção", explicou. Quanto às suspeitas de ter usado a infraestrutura da corporação em benefício próprio, o coronel justificou que os carros da PM vistos nas proximidades da casa dele eram para atender ocorrências normais.

Serra tem 28 anos de corporação e permaneceu um ano e

dois meses à frente da Polícia Militar do Distrito Federal. "Estou esperando oferecerem a denúncia para me defender. Não é fácil entregar o comando, mas saio com a sensação de dever cumprido", afirmou. O coronel Cerqueira admitiu que manterá a mesma linha do ex-comandante, mas não descartou a possibilidade de trocar chefes de unidades. "Se houver necessidade, farei mudanças", disse Cerqueira.